

**ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE  
CT-SAÚDE/CIF**

Aos dias vinte e três de outubro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e oito minutos, em formato híbrido, com sede presencial no Hotel Alameda Vitória – Avenida Dante Micheline, nº 585 - Jardim da Penha – Vitória/ES , e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a parte restrita da **78ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

**Pauta Geral - Restrita**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
a) Apresentação dos presentes:	A Sra. Eliane Ignotti, coordenadora da Câmara Técnica de Saúde – CT-Saúde, iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo à participação dos presentes. Houve registro dos participantes presenciais através da lista de presença em anexo e os participantes em formato virtual, registro: Alana de Arruda (Representante da Prefeitura Municipal de Baixo Guandu/ES), Ana Luiza Ramiro Benevenuti (Representante Secretaria Municipal de Saúde de Mariana/MG), Andreia Kelly Roberto Santos (Representante da coordenação de reparação da vigilância em saúde do estado de Minas Gerais), Eduardo Batista Poltraniere (Representante da Prefeitura de Linhares/ES e membro da CT-Saúde), Herbert Sagbo (Representante da Assessoria Técnica da Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual- Adai), Eliane Gregório (Representante da Comissão Quilombola de Povos Tradicionais de Povoação), Émile Nycole Carvalho de Freitas (Representante da Cáritas), Isabela de Castro Oliveira (Representante da Superintendência Regional de Saúde de Ponte Nova e membra da CT-Saúde), Jaqueline Aparecida Martins (Representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG), Lorenza Ferreira de Sousa (Representante Cáritas Diocesana de Itabira), Marcela Drumond, Micael Alves dos Santos (Representante da Prefeitura Municipal de Governador Valadares/MG e membro da CT-Saúde), Micheline Paiva de Araújo (Representante da Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano e membra da CT-Saúde), Taís Helena da Silva Teodoro (Representante Cáritas Diocesana de Governador Valadares/MG), Thiozer Nunes de Moraes (Representante da Assessoria Técnica da Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual- Adai) e Varner Santana (Representante da Comissão de Atingidos de Marilândia/ES).

<p>b) <b>Aprovação da ata da 75ª e 77ª RO da CT-Saúde:</b></p>	<p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, 1º Suplência de coordenação da Câmara Técnica de Saúde, informou que as minutas das atas da 75ª e 77ª Reunião Ordinária foram enviadas via e-mail para os membros realizarem as devidas contribuições. Não houve objeção. Não houve manifestação contrária às minutas enviadas, sendo aprovada as Atas da 75ª e 77ª Reunião da CT-Saúde.</p>
<p>c) <b>Aprovação:</b></p>	<p><b>As atas 75ª e 77ª da Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde foram aprovadas sem objeção e será encaminhada a SECEX/CIF para publicação.</b></p>
<p>d) <b>Informes Gerais:</b></p>	<p>O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, 1º Suplência de coordenação da Câmara Técnica de Saúde/CTSaúde, informou que na reunião anterior realizada em Belo Horizonte, foi discutida a alteração da data da reunião ordinária de Mariana, devido ao feriado do dia 20 de novembro. A alteração foi acordada para que a reunião ocorresse na semana seguinte ao feriado. Contudo, surgiu uma dúvida quanto à proposição de realizar visitas técnicas para definir melhor o escopo dessas visitas. Citou que na reunião de Belo Horizonte, foi sugerido que as visitas técnicas seriam importantes para detalhar o escopo de ações necessárias, levando em consideração que a definição dessas ações poderia implicar em necessidade de mais dias, além dos dois já programados para a reunião ordinária. Foi solicitado que, no âmbito dos grupos de trabalho, essa questão fosse debatida com mais profundidade. O GT Planejamento se reuniu para discutir a viabilidade das visitas técnicas em Mariana. Apontou-se que, dentro do escopo de atuação da Câmara Técnica e do próprio GT Planejamento, não há ações concretas que necessitem de fiscalização ou vistoria no município neste momento. Mencionou que por unanimidade, o GT Planejamento recomendou que, neste momento, não seria apropriado realizar a visita técnica em Mariana. Não há um escopo definido que justifique a mobilização da população ou a execução de uma visita ao território.</p> <p>O Sr. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES e membro da Câmara Técnica de Saúde, informou que o GT-Estudos não tem nenhuma necessidade com relação a relacionada a visita técnica.</p> <p>A Sra. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde e coordenadora do GT-Água, informou que o GT-Água se programou para realizar as seguintes visitas técnicas, no dia 28 de novembro de 2024, à estação de tratamento de água (SAA) de Barra Longa e no dia 29 de novembro de 2024, à estação de tratamento de água (SAA) de Mariana. A membro do GT-Água, Sra. Ana Luiza ficou responsável por verificar as condições de recepção e dará um retorno ao grupo sobre a viabilidade da visita no SAA de Mariana, assim como sobre quaisquer ajustes necessários. Portanto, as visitas aos SAA de Barra Longa e Mariana estão</p>

programadas para os dias 28 e 29 de novembro de 2024, respectivamente, aguardando apenas a confirmação da estrutura disponível em Mariana.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, informou que, no dia 17 de outubro de 2024, a Secretaria Executiva do CIF convocou todas as coordenações das câmaras técnicas para um momento de discussão sobre os programas em curso no âmbito do sistema CIF. Disse que esse encontro foi conduzido pela Secretaria Executiva e considerou um momento muito positivo, em que ocorreu de forma restrita às coordenações das câmaras técnica com a participação de algumas pessoas atingidas que também compõem o sistema CIF. Citou que as câmaras técnicas tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências e discutir os seguintes pontos, conforme solicitado pelo atual presidente, avanços realizados até o momento por cada câmara técnica, pontos que ainda estão sem avanços, ou seja, os que permanecem pendentes e estão sendo intrabancados e sugestões de melhoria na visão dos coordenadores e das coordenadoras presentes, com foco na melhoria contínua do trabalho das câmaras.

O Sr. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES e membro da Câmara Técnica de Saúde, informou que conforme consta na pauta no item 1.5, houve a realização de uma Reunião Intercâmara no dia 09 de outubro de 2024, com a participação de membros indicados pelo GT-Água. O objetivo principal dessa reunião foi discutir e padronizar os procedimentos de coleta, análise e disponibilização dos dados nos seguintes programas de monitoramento, Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA), Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos (PMQQS) e Plano de Manejo de Rejeitos. Durante a reunião, foi discutida a integração dos dados coletados pelos três programas mencionados. Contudo, a conclusão a que se chegou foi que não é possível integrar esses dados devido a diferenças nas metodologias adotadas nos dois primeiros programas e nas finalidades específicas de cada um deles. Ou seja, apesar de serem programas de monitoramento de águas e sedimentos, as metodologias e objetivos distintos impedem que seus dados sejam combinados de forma integrada.

A Sra. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde e coordenadora do GT-Água, complementou o informe do membro Sr. Roberto Laperriere, em que decidiu que a Câmara Técnica de Biodiversidade (CT-BIO) elaborará uma nota técnica para registrar suas considerações sobre as necessidades e dificuldades identificadas durante as discussões. A nota técnica terá como objetivo consolidar as reflexões da CT-BIO sobre o tema em questão, com a intenção de formalizar um posicionamento técnico. Após a elaboração da nota técnica, ela será encaminhada para todos os participantes da reunião para que possam

contribuir com sugestões ou ajustes, garantindo a inclusão de diferentes perspectivas sobre os pontos abordados na nota.

### Pauta dos GTs:

Pauta	Discussão
a) GT- Água:	<p>A Sra. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde, informou que GT-Água concluiu a elaboração de 19 notas técnicas, relacionadas aos municípios monitorados pelo Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e Consumo Humano (PMQACH). Citou os municípios contemplados pelas notas técnicas sendo, Aracruz/ES, Bugre/MG, Caratinga/MG, Periquito/MG, Santana do Paraíso/MG, Sobrália/MG, Tumiritinga/MG, Barra Longa/MG, Ponte Nova/MG, Rio Casca/MG, Rio Doce/MG, São José do Goiabal/MG, São Pedro dos Ferros/MG, Sem Peixe/MG, Linhares/ES, Mariana/MG, Colatina/ES, Marilândia/ES e Baixo Guandu/ES. Explicou que essas notas técnicas têm como objetivo fazer uma contextualização da situação dos pontos de monitoramento que já estão sendo acompanhados há pelo menos 24 meses, conforme a deliberação, em que algumas dessas monitorizações já se encerraram, enquanto outras continuam, mas todas possuem um histórico de monitoramento que permite a análise da qualidade da água consumida por essas populações. Mencionou que o principal foco das notas técnicas é destacar que, em muitos pontos monitorados, a água consumida não atende aos padrões de potabilidade, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde. A falta de resolutividade por parte da Fundação Renova em relação a essas situações, após 9 anos do rompimento da barragem, resulta na continuidade do consumo de água imprópria para consumo humano, colocando em risco a saúde da população local. As notas técnicas serão pautadas ao CIF, destacando os seguintes encaminhamentos, Fornecimento de água potável para as populações que consomem a água imprópria, conforme os pontos monitorados. A recomendação inclui a distribuição por carro-pipa, detalhando como esse fornecimento deve ser realizado e Inclusão dessas localidades no item 2 do Eixo Prioritário 9 (Eixo Judicializado), garantindo que essas populações sejam atendidas com as devidas ações reparatórias ou compensatórias, uma vez que estão em situação de vulnerabilidade, mas não estão sendo atendidas pelas ações previstas para os ribeirinhos. Após a apresentação das notas técnicas e seus respectivos encaminhamentos, foi solicitada a aprovação das mesmas pelo quórum presente na reunião. Não houve questionamentos por parte dos participantes, e, portanto, as 19 notas técnicas foram aprovadas por unanimidade pelo quórum da CT-Saúde.</p>

Citou que outro ponto de pauta tratado foi a elaboração do ofício referente aos novos pontos a serem incluídos PMQACH, conforme a Deliberação nº 58, consolidando as informações sobre os novos pontos, que têm como objetivo atender a deliberação 58, datada de 2017. A Deliberação 58, embora seja antiga, abrange apenas o Estado do Espírito Santo e visa contemplar mais localidades que anteriormente não eram atendidas. Para isso, foi realizado um levantamento no território para a tomada de coordenadas geográficas de cada ponto a ser incluído no programa. O ofício, juntamente com as justificativas, as coordenadas geográficas e os endereços de cada um dos novos pontos, serão enviados à Fundação Renova, com a solicitação para que esses pontos sejam imediatamente incluídos no PMQACH, conforme previsto na Deliberação 58. Mencionou que foi elaborado um ofício invalidando os resultados da Campanha 72°. A partir disso, a Fundação Renova será notificada de que a campanha 72 não será aceita e que a validação das campanhas subsequentes (a partir da campanha 75) está condicionada à resolução dos problemas apontados de irregularidades identificadas nas coletas de campo realizadas no Estado do Espírito Santo e, posteriormente, observadas também no Estado de Minas Gerais. Disse como informes sobre as coletas de água programadas e realizadas em algumas localidades, além da discussão sobre visitas técnicas e contraprovas relacionadas à qualidade da água e à situação de consumo irregular em algumas áreas. Informou que, conforme alinhado com a CG Lab, estão programadas as seguintes coletas de água para contraprovas: Santo Antônio do Rio Doce/MG coleta programada para o dia 28/10, com envio para o Lacen-MG no dia 29/10, Gesteira/MG já ocorreu uma coleta em conjunto com o PMQACH, e outra coleta está programada para o dia 28/10, com uma contraprova junto ao PMQACH e uma coleta independente do PMQACH para análises mais detalhadas. Alpercata/MG coleta programada para o dia 28/10 e Pedra Corrida/MG coleta programada também para o dia 28/10. Essas coletas têm como objetivo realizar análises mais detalhadas das amostras de água nas respectivas localidades. Citou que, em paralelo às coletas, foi realizada uma visita técnica nas localidades de Barra Longa/MG, Gesteira/MG e Barreto/MG). Durante essas visitas, foram identificados diversos pontos que precisam ser monitorados de forma mais rigorosa. Esses pontos foram programados para coleta no dia 12/11, com coletas já realizadas no dia 22/10 e outras programadas para o dia 5/11. Essas coletas fazem parte de um encaminhamento do grupo GT-Água, que visa monitorar áreas onde foram identificados problemas relacionados ao consumo de água imprópria para consumo humano. Destacou que, em algumas dessas localidades, como Barra Longa e Gesteira, os sistemas de abastecimento de água (SAAE) estão consumindo água que deveria ser destinada à dessedentação animal, mas que foi autorizada pela Fundação Renova para

consumo humano. Essa água está apresentando problemas de qualidade, e, por isso, foi decidida a realização de contraprovas para verificar a situação e reforçar o monitoramento dessas fontes de abastecimento no âmbito do PMQACH. Mencionou da elaboração de um ofício de resposta para a ADAI (Associação de Defesa Ambiental e Inclusão Social), que havia solicitado informações sobre a água potável para algumas localidades. O ofício foi encaminhado com as informações pertinentes, atendendo à solicitação da associação, e em seguida, detalhou do ofício que foi encaminhado ao município de Linhares, que tem obtido sucesso na divulgação dos resultados da qualidade da água para a população local. No ofício, foi solicitado que o município elaborasse um modelo geral para a entrega dos resultados de qualidade da água à população, visando melhorar o acesso das pessoas às informações sobre o abastecimento. Explicou que, através desse modelo, a assinatura da população funcionaria como um recibo, ou confirmação de que os resultados foram entregues e que as pessoas estão cientes da qualidade da água. Essa ação também servirá para evidenciar que o trabalho de campo está sendo realizado adequadamente e com clareza nas informações dos resultados dos laudos. A partir dessa estratégia, o próximo passo será reunir as regionais para que elas possam orientar os técnicos de campo e garantir que os municípios passem a utilizar o modelo de entrega de resultados para a população. Essa abordagem permitirá uniformizar a forma de comunicação e assegurar que todos os municípios adotem a mesma metodologia de entrega de informações. Informou que foi solicitada ao CIF autorização de custeio para a realização da primeira revisão técnica do PMQACH, com o intuito de melhorar os processos de campo, incluindo a coleta e o transporte das amostras. A revisão técnica estava programada para acontecer na primeira semana de dezembro, em que o CIF respondeu à solicitação, autorizando o custeio para a revisão técnica, conforme solicitado, mas, no entanto, não houve posicionamento da Fundação Renova sobre a possibilidade de realizar a revisão técnica. A equipe acredita que a falta de resposta se deve à repactuação em andamento. Dessa forma, ficou acordado que esta pauta será mantida em stand-by, aguardando o posicionamento oficial da Fundação Renova sobre a viabilidade de prosseguir com a revisão técnica conforme planejado. Mencionou que o levantamento dos pontos no território indígena que farão parte da próxima revisão do PMQACH está quase finalizado. A equipe está concluindo os últimos detalhes para garantir que todos os pontos relevantes sejam incluídos na revisão. Disse que a equipe recebeu uma atualização do ponto focal de Mariana/MG sobre uma visita realizada pela Fundação Renova ao território, que aconteceu após uma audiência de conciliação em 26 de junho. Essa visita teve como objetivo o acompanhamento das ações voltadas para as melhorias nos sistemas de

	<p>abastecimento de água (SAA) na região. Informou que os boletins do PMQACH foram analisados e que o prazo final para o envio das observações foi definido como 4 de novembro. Todos os envolvidos devem enviar suas contribuições até essa data para compor um ofício a ser enviado à Fundação Renova, solicitando a correção dos boletins e uma nova análise dos dados. Citou que foram elaborados dois ofícios simples para serem enviados à Fundação Renova, primeiro ofício solicita uma justificativa sobre a ausência de informações da qualidade da água no SharePoint, plataforma onde essas informações são esperadas, e o segundo ofício aponta um problema relacionado à planilha de dados armazenada no SharePoint. Desde o início do monitoramento, há uma planilha para cada laboratório que trabalhou com o PMQACH. Esse formato tem se mostrado inadequado para consolidar as informações. Por isso, foi solicitado que a Fundação Renova desenvolva uma única planilha, reunindo todas as informações de todos os laboratórios. Essa planilha deverá ser alimentada até o final do monitoramento, garantindo mais eficiência e clareza na gestão dos dados.</p>
b) GT-Planejamento:	<p>O Sr. André Carvalho Alcântara, representante Secretaria de Estado de Saúde Minas Gerais e coordenador do GT-Planejamento, informou que foi concluso a pauta referente Levantamento dos Valores dos Planos de Ação em Saúde solicitado pela coordenação da CT-Saúde e será encaminhado para a coordenação conforme solicitado. Em seguida, foi discutido o plano de ação de saúde do município de Marilândia, que foi apresentado cumprindo o fluxo de análise. O município entregou uma versão do plano para que fosse feito um primeiro parecer técnico, em que solicitou a retirada das ações que já estavam contempladas em outras iniciativas, como as ações no que tange à educação permanente e capacitação, que já estavam incluídas nas propostas da CT. Além disso, foi destacado que outros apontamentos importantes não foram observados pelo município, os quais foram incluídos em um ofício, que será enviado ao município para que essas questões sejam revisadas e corrigidas. Também foram apresentados relatos da Sra. Regiane e Sra. Ana Gabriela, que trouxeram algumas considerações acordadas entre o município, a comissão de atingidos, a população e a sociedade civil, mas que não estavam contempladas no plano de ação. Essas lacunas foram identificadas e, como resultado, será enviado um ofício ao município, solicitando esclarecimentos sobre esses pontos.</p>
c) GT-Estudos:	<p>O Sr. Roberto Laperriere, representante da SESA/ES e coordenador do GT-Estudos, informou que a pauta era a construção de quatro documentos. Até o momento, três documentos foram concluídos, sendo que um deles ainda apresenta desafios maiores para finalização. Mencionou que um dos documentos para construção de resposta é referente ao Ofício nº 8959/2024/MPF/GT-Rio Doce manifestação ao Ministério Público sobre</p>

questões relacionadas à saúde, especificamente sobre problemas dermatológicos enfrentados pelos trabalhadores da construção civil em Governador Valadares e Alpercata. Embora o ofício trate de aspectos de saúde, ele também aborda questões como qualidade da areia e da água bruta, que não são diretamente relacionadas à Câmara Técnica de Saúde. A resposta a esse ofício será construída com base na avaliação de risco à saúde humana, conforme os estudos previstos pela Deliberação nº 656, que estão sendo realizados pela Fiocruz. A manifestação será elaborada em intercâmaras, com foco na questão das rotas de exposição e contaminantes de interesse. Mencionou que o outro ponto de pauta para realização de resposta de ofício trata-se do Ofício FR.2024.2722, referente Integração e Coordenação da Fiocruz, ESP-MG e ICEPI nas Capacitações – Deliberação no 761/2024, em que o termo de repasse de recurso financeiro que foi construído para o projeto de capacitações, o qual já foi aprovado pelo CIF conforme Deliberação nº 761. O projeto de capacitação está sendo realizado em parceria com a Fiocruz, SSP-MG e ICEP-ES, e abrange todas as linhas de capacitação necessárias. O termo de repasse foi encaminhado para a Fundação Renova, que, apesar de não ter se manifestado sobre o termo, solicitou um aditamento. A Fundação também fez uma solicitação sobre as formas de contratação do projeto, especialmente sobre a escolha da Fiocruz para executar o projeto. A resposta a essa solicitação já foi minutada, com base na Deliberação nº 651, na proposta técnica aprovada, na Nota Técnica 35, e nas Diretrizes do SUS, que confirmam a escolha da Fiocruz, uma entidade vinculada ao Ministério da Saúde. Destacou que, ao responder ao ofício da Fundação Renova, será reiterado que a manifestação sobre o termo de repasse, que foi enviado em setembro, deve ser feita imediatamente. Mencionou que os outros dois pontos de pautas são referentes aos ofícios nº 240 e nº 232, ambos de solicitação de informações e orientações sobre o andamento de estudos e ações relacionadas à avaliação de risco e vigilância de alimentos. O primeiro ponto abordado foi a resposta ao ofício nº 240, referente ao Parecer de Demanda Comunitária acerca da necessidade de execução dos estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH) previstos no processo de reparação aos danos provocados pelo rompimento da Barragem de Fundão apresentada por atingidos(as) do Território 3 - Comunidade de São Lourenço, Bugre. Esse ofício solicitava informações sobre as diretrizes de elaboração dos estudos de avaliação de risco e o andamento das ações previstas nas deliberações relacionadas aos estudos de risco. Informou que foi preparado um documento de 4 páginas contendo um histórico detalhado dos estudos, abordando todas as etapas desde o início, incluindo, as bases mínimas inicialmente definidas, o convênio com a FAPES e FAPEMIG e seu posterior cancelamento devido a questões de ingerência da Fundação Renova e as reuniões realizadas para a

	<p>definição dos estudos pela Fiocruz, envolvendo especialistas na área e a definição das linhas de pesquisa. Esse documento consolidado será enviado ao território, respondendo à solicitação sobre a realização de estudos de avaliação de risco, que já estão previstos pela Deliberação nº 656. A resposta esclarecerá o processo e as fases já definidas. A segunda resposta ao ofício nº 232, referente ao território 6, especificamente Conselheiro Pena. O ofício solicitava informações relacionadas à vigilância de alimentos. A resposta a esse ofício será construída com base nas seguintes informações, o relatório 36 e 59 da perícia judicial, que traz dados relevantes sobre a vigilância sanitária e os riscos identificados, as informações do PMBA, que já fornecem dados sobre a situação atual dos alimentos consumidos nas regiões afetadas e a atuação do grupo ministerial, que foi criado com o intuito de definir ações específicas para a mitigação dos riscos identificados nos dados obtidos, incluindo as medidas que estão sendo tomadas em relação à segurança alimentar.</p>
<b>d) Plano de ação em saúde de Baixo Guandu/ES</b>	<p>A Sra. Alana Arruda, representante da Secretaria Municipal de Saúde de Baixo Guandu/MG, realizou apresentação do plano de ação em saúde do município de Baixo Guandu/ES e contextualizou a história do município antes e após o rompimento da barragem, assim como, a estrutura de saúde, os impactos nesse diagnóstico situacional com foco nas ações que o município pleiteia. Mencionou que o plano já foi apresentado para o conselho municipal e aprovado, assim como também apresentado para a comissão de atingidos do município. A apresentação na íntegra do plano de ação em saúde se encontra disponível para acesso <a href="https://drive.google.com/drive/folders/1nWFelwVILDxQI8zEHBekmqeNqN5ghh0C">https://drive.google.com/drive/folders/1nWFelwVILDxQI8zEHBekmqeNqN5ghh0C</a>.</p> <p>O Sr. André Carvalho Alcântara, representante Secretaria de Estado de Saúde Minas Gerais e coordenador do GT-Planejamento, agradeceu e parabenizou a Sra. Alana pela construção do plano e apresentação e pela iniciativa da escuta da população de fazer esse movimento, tanto de coleta de dados, pela parte da equipe técnica, quanto ir até as comunidades e fazer essa escuta. Explicou do fluxo em que após a apresentação do plano para os membros da Câmara Técnica, o plano será analisado na próxima reunião pela equipe técnica para parecer técnico. Orientou que as ações que o município está solicitando, tem que estar embasado em problemas e situações colocadas no diagnóstico situacional de saúde do município.</p>

<p>e) <b>Plano de ação em saúde de Anchieta/ES</b></p>	<p>A Sra. Jaudete Silva Frontino De Nadai, representante da Secretaria Municipal de Saúde de Anchieta/ES, realizou a apresentação do plano de ação em saúde do município, iniciou com a contextualização da história do município, crescimento populacional, as crises enfrentadas e a economia. Citou que no perfil epidemiológico a violência autoprovocada aumentou muito e tem deixado a municipalidade preocupada, visto que precisam adotar medidas para enfrentar esse problema. Mencionou do surto de dengue que ocorreu no município em que tiveram que trabalhar menos recursos. Contextualizou do estabelecimento de atenção a saúde em que engloba a Atenção Primária a Saúde, Serviços Especializados de Atenção à Saúde, SERDIA, Micro Polo Litoral Sul, Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Centro de Atenção Psicossocial, Serviço Especializado de Atenção à Saúde Bucal, Serviços de Urgência e Emergência, Atenção Hospitalar, Vigilância em Saúde, Estrutura de Apoio Logístico, Central Municipal de Regulação de Vagas, Assistência Farmacêutica e Insumos, Sistema de Informação e Transporte Sanitário. Demonstrou o impacto do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana- MG e seus desdobramentos no município de Anchieta- ES, em que o maior impacto foi o socioeconômico, visto que a arrecadação chegou a zero quando se fala em ano base e ano de aplicação dos impostos oriundos da Samarco, comprometeu severamente a capacidade do município em responder as políticas públicas de saúde, visto que o município ele não tem a rede privada na educação e saúde, pois é totalmente público. Apresentou detalhado a metodologia utilizada para elaboração do plano e frisou que a população atingida é toda a população do município. Citou as tabelas de investimento de custeio para execução do plano de ação em saúde. Informou que o plano foi apresentado ao conselho municipal de saúde que fez as suas adequações e propostas. A apresentação na íntegra do plano de ação em saúde se encontra disponível para <a href="https://drive.google.com/drive/folders/1nWFelwVILDXQI8zEHBekmqeNqN5ghh0C">https://drive.google.com/drive/folders/1nWFelwVILDXQI8zEHBekmqeNqN5ghh0C</a>.</p>
--	--

**Pronunciamento dos atingidos:**

<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<p>a) Fala livre dos atingidos:</p>	<p>A Sra. Jaqueline Aparecida Pereira Martins, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, reforçou três questões importantes. Primeiramente, expressou sua preocupação com a repactuação que está ocorrendo nesta semana, visto que foi solicitado a dilatação do plano de</p>

saúde de Barra Longa. Foi solicitado que a comissão acompanhasse de perto as questões relativas à revisão do plano, destacando que, apesar dos esforços, ainda não foi possível encaminhar as informações de forma satisfatória devido ao tempo. Destacou que a comissão está trabalhando em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de Barra Longa e com os atingidos para a inclusão de um conselho que envolva as partes interessadas. No entanto, o tempo não foi suficiente para garantir que o plano fosse apresentado de forma adequada e com a devida participação da comunidade. Reforçou a necessidade de garantir que a comunidade seja ouvida e que as informações corretas sejam compartilhadas, destacando que a dilatação do plano foi solicitada para permitir maior tempo para esses encaminhamentos. Uma das principais preocupações expostas foi quanto ao seguimento do plano de saúde mesmo com a repactuação em andamento, questionando se existe alguma forma de garantir que o processo não seja interrompido ou negligenciado durante esse período. Agradeceu a CT-Saúde pela visita técnica realizada e o acolhimento das demandas. Destacou a importância da visita nas comunidades atingidas, como Gesteira e Barreto, principalmente em relação à situação da água potável. A gravidade da situação foi comprovada pelos profissionais durante a visita, o que gerou um reforço nas ações de monitoramento e assistência. Destacou o trabalho da Jaqueline Francischetti, que tem se empenhado para agilizar os encaminhamentos relacionados à água para consumo humano nas comunidades visitadas. Reiterou que a comunidade de Barreto tem mantido comunicação constante e está buscando informações sobre as coletas realizadas para garantir a potabilidade da água. Citou a necessidade de garantir que as coletas sejam feitas de acordo com a programação e que a comissão dos atingidos e a comunidade sejam mantidas informadas sobre esses procedimentos.

O Sr. Rodrigo de Souza Leite, representante da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Doce/MG, fez considerações sobre o processo de repactuação e sua relação com os sistemas CIF. Destacou que, ao se tratar de repactuação, muitos aspectos ficam indefinidos, especialmente em relação aos encaminhamentos que ocorrerão após a conclusão deste processo. Mencionou que a situação atual coloca as partes envolvidas em uma posição intermediária, "fora e dentro" das tratativas, o que dificulta a previsão dos próximos passos. Ressaltou a importância da continuidade das ações, enfatizando que diversas iniciativas ainda precisam ser desenvolvidas, não apenas em saúde, mas também nas áreas de atuação das outras câmaras técnicas dentro do sistema CIF. Destacou que, embora o estudo tenha sido realizado em parte do eixo 1 e no final da calha do Rio Doce, em Degredo, é fundamental que outras áreas também sejam contempladas por estudos e ações. Expressou confiança de que o governo federal, a União e os estados irão se empenhar para que as ações

relacionadas à repactuação e ao sistema CIF continuem, de forma a garantir que o processo não seja interrompido. Reforçou a necessidade de mobilização por parte dos representantes dos municípios e dos atingidos, para que as reivindicações sejam atendidas e os direitos sejam assegurados, garantindo que o processo de trabalho avance de forma efetiva.

A Sra. Jaqueline Francischetti, representante do Ministério da Saúde, questionou a dúvida sobre a entrega dos resultados da qualidade da água, questionando se todos os resultados seriam fornecidos ou apenas os mais recentes. Destacou que, em relação aos resultados mais recentes, a CT Saúde não tem acesso à planilha do sistema, que não foi atualizada desde junho. Disse a preocupação com a falta de acesso ao sistema e relatou que, apesar de esforços para obter uma senha, não conseguiu acessar os dados. Outros membros também estão enfrentando o mesmo problema, sem acesso ao sistema. Sugeriu para solucionar essa dificuldade, que a CT Saúde encaminhasse uma solicitação conjunta à Fundação Renova, explicando o problema de falta de acesso aos dados e solicitando uma solução para o mesmo. Informou que essa solicitação já foi elaborada e que o ofício será assinado e protocolado ainda nesta semana. Citou em relação à entrega dos resultados de qualidade da água, foi definido pela CT-Saúde um modelo de entrega dos resultados dos laudos. Disse que as análises de qualidade da água exigirão um prazo de aproximadamente 45 dias para serem concluídas e entregues ao setor de saúde. Sugeriu que, caso seja conveniente, os resultados sejam entregues em dois momentos: um durante o evento de entrega de laudos para a comunidade, que poderia ocorrer na sede do SAA de Barra Longa, e outro durante a visita técnica ao SAA, conforme acordado anteriormente.

A Sra. Regiane Soares Rosa, representante da Comissão de Atingidos do Território 9, abordou o primeiro ponto da pauta relacionado ao retorno dos laudos de qualidade da água para o município de Linhares. O orador enfatizou a importância da transparência nas informações, destacando que, ao longo dos 9 anos de acompanhamento, a maior demanda das comunidades atingidas é justamente o acesso claro e acessível às informações sobre a qualidade da água. Mencionou que, embora os laudos técnicos sejam essenciais, muitos membros da população enfrentam dificuldades de compreensão, sendo importante que as informações sejam transmitidas de maneira acessível, evitando o pânico, mas garantindo que todos compreendam até que ponto a contaminação afeta suas vidas. O segundo ponto abordado foi o plano de ação em saúde de Baixo Guandu/ES, em que também faz parte da coordenação da Comissão Territorial do município, confirmou que o plano foi amplamente discutido com a população, incluindo tanto as áreas urbanas quanto rurais, e que todas as comunidades e demandas necessárias foram ouvidas e

contempladas. A nota técnica produzida pela assessoria foi enviada à Secretaria de Saúde, e todas as solicitações foram incorporadas no plano de Baixo Guandu, o que, segundo o orador, evitará problemas semelhantes aos enfrentados em Marilândia, pois o processo foi validado pela comunidade e pela comissão territorial. Expressou preocupação com a repactuação e a continuidade dos planos de ação em saúde que ainda não foram aprovados após esse processo. Relatou sua participação em uma reunião em Belo Horizonte, organizada pela Secretaria Geral da Presidência, onde foi apresentado um "acordo vergonhoso" que gerou descontentamento. Questionou como os planos de saúde serão gerenciados, uma vez que o acordo não inclui a quitação da saúde, apesar da liberação de verba para a continuidade das ações. A falta de clareza sobre o futuro dos planos de saúde e a gestão dos recursos gerou incerteza quanto ao andamento dos mesmos. O último ponto abordado foi a continuidade dos estudos determinados pelo CIF, com o acompanhamento da Fiocruz, e a interferência da Fundação Renova, que está dificultando o andamento desses estudos e atrasando o processo. Questionou se os estudos irão continuar ou se chegarão à sua conclusão, e como as ações baseadas nesses estudos serão implementadas. Ressaltou a preocupação com o aumento de doenças nas comunidades, que antes eram vistas como problemas a longo prazo, mas que agora já estão se manifestando de maneira mais imediata. A falta de respostas sobre a continuidade dos estudos e das ações preventivas e tratativas para as doenças relacionadas à contaminação foi considerada um problema urgente, dado o impacto já visível nas comunidades.

A Sra. Eliane Ignotti, coordenadora da Câmara Técnica de Saúde, esclareceu o exemplo de Linhares/ES, que tem adotado uma estratégia bem-sucedida de comunicação, utilizando os profissionais da atenção básica para apoiar a divulgação dos laudos e informações de forma acessível à população. Ressaltou que essa abordagem pode servir como modelo para outros municípios, que podem ser apoiados por Linhares na implementação dessa estratégia. Seguiu enfatizando que a população tem o direito de conhecer os laudos de qualidade da água, sem dúvida, e que esse acesso deve ser garantido de maneira transparente. Contudo, destacou a importância de ter cuidado na forma como as informações são comunicadas, para que não haja mal-entendidos ou pânico na população, principalmente considerando as dificuldades de interpretação que muitas pessoas podem ter. Disse que a rede de atenção básica dos municípios conta com profissionais capacitados para dar esse apoio técnico na comunicação dos laudos, garantindo que a informação seja transmitida de maneira clara e compreensível. A presença desses profissionais no território é vista como uma ferramenta importante para assegurar que as

comunidades recebam as informações de forma precisa e sem causar alarmes desnecessários.

O Sr. Lucas Daniel Marciano Oliveira, 1º Suplência de coordenação da Câmara Técnica de Saúde, mencionou a falta de clareza em relação aos termos e encaminhamentos da repactuação, mencionando que a Câmara Técnica ainda não está plenamente envolvida nos processos de definição da repactuação, como a distribuição de recursos e o repasse aos municípios. Ressaltou que não há informações concretas sobre os planos aprovados e como serão viabilizados os recursos para os municípios. Expressou a expectativa de que, quando a repactuação for finalizada, as partes envolvidas consigam entender como será o andamento, com destaque para os planos de ação já elaborados pelos municípios. Enfatizou que os planos de ação elaborados pelos municípios são resultado de um diagnóstico situacional e de um esforço do município em compreender a magnitude do problema e traçar ações de resposta. Afirmou que esses planos são fundamentais e que o trabalho realizado deve ser aproveitado, independentemente de como a repactuação se desenrole. Enfatizou a importância de não desperdiçar esses esforços e que os planos devem ser atualizados e seguidos, com um caminho delimitado para o fortalecimento da atenção primária e da vigilância ambiental. Expressou frustração quanto à demora na implementação de estudos e capacitações, mencionando que esses processos deveriam já estar em andamento há muito tempo. Destacou que, para este ano, a expectativa era que os estudos estivessem em curso, mas que houve retrocessos no andamento, o que gerou angústia. A falta de clareza sobre como esses estudos e capacitações se relacionam com a repactuação também foi abordada. Citou que as diretrizes técnicas sobre os estudos a serem realizados e as capacitações necessárias já estão definidas e precisam ser cumpridas. Finalizou ressaltando que, embora ainda faltem definições concretas sobre o processo de repactuação, espera-se que, após a conclusão da repactuação, haja um entendimento claro sobre como as ações e os planos de saúde serão implementados, com a devida alocação de recursos. Reiterou a importância de se ter um material de apoio preparado para implementar os planos de ação, que precisam estar alinhados com as diretrizes estabelecidas.

**Às 13 horas e 13 minutos, do dia 23 de outubro de 2024, a Sra. Eliane Ignotti, finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.**